

NOVONOR AMBIENTAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024

NOVONOR AMBIENTAL S.A.

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Novonor Ambiental S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Novonor Ambiental S.A. ("Companhia" ou "NA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novonor Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2025.

Novonor Ambiental S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro  
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Notas	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	01 de janeiro de 2023 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	57.442	54.014	51.508
Sociedades do grupo Novonor	7	682	682	564
Tributos a recuperar	8	4.284	5.103	5.236
Outros ativos		472	422	758
		<u>62.880</u>	<u>60.221</u>	<u>58.066</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Sociedades do grupo Novonor	7	21.821	21.821	21.821
Depósitos Compulsórios e judiciais		814	1.451	1.160
		<u>22.635</u>	<u>23.272</u>	<u>22.981</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>85.515</u>	<u>83.493</u>	<u>81.047</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro  
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	01 de janeiro de 2023 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Fornecedores		1.209	1.277	1.219
Salários e encargos sociais		409	815	786
Tributos a pagar	9	823	759	469
Sociedades do grupo Novonor	7	4.130	3.927	3.932
Outros passivos		3.789	3.878	4.041
		<u>10.360</u>	<u>10.656</u>	<u>10.447</u>
<b>Não circulante</b>				
Sociedades do grupo Novonor	7	18.196	18.196	18.196
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	10	3.404	3.384	2.181
		<u>21.600</u>	<u>21.580</u>	<u>20.377</u>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	11(a)	12.009	12.009	12.009
Reserva de capital	11(b)	692	692	692
Reservas de lucros	11(c)	31.135	28.837	27.803
Ajuste de avaliação patrimonial		9.719	9.719	9.719
		<u>53.555</u>	<u>51.257</u>	<u>50.223</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>85.515</u>	<u>83.493</u>	<u>81.047</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(4.751)	(3.860)
Outras receitas (despesas), líquidas	12	1.169	
Prejuízo operacional		(3.582)	(3.860)
Resultado financeiro, líquido	13	6.604	5.718
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.022	1.858
Imposto de renda e contribuição social correntes	14 (a)	(724)	(824)
Lucro do exercício		<u>2.298</u>	<u>1.034</u>
Lucro básico por lote de mil ações das operações continuadas (expresso em R\$)	11 (d)	<u>4,20</u>	<u>1,89</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>31 de dezembro de 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	2.298	1.034
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.298</u>	<u>1.034</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de lucro a realizar			
Em 1 de janeiro de 2023 (Reapresentado)	12.009	692	1.425	26.378		9.719	50.223
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro do exercício					1.034		1.034
Total do resultado abrangente do exercício					1.034		1.034
Transação de capital com acionistas:							
Constituição de reserva de capital			52	982	(1.034)		
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	12.009	692	1.477	27.360		9.719	51.257
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro do exercício					2.298		2.298
Total do resultado abrangente do exercício					2.298		2.298
Transação de capital com acionistas:							
Constituição de reserva de capital			115	2.183	(2.298)		
Em 31 de dezembro de 2024	12.009	692	1.592	29.543		9.719	53.555

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Ambiental S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.022	1.858
Ajustes		
Reversão para processos trabalhistas, cíveis e ambientais		1.203
Provisão para contingências	20	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(74)	204
	2.968	3.265
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamentos a fornecedores		41
Tributos a recuperar	926	(64)
Depósitos judiciais	637	(291)
Outros ativos	(50)	177
Fornecedores	(68)	58
Salários e encargos sociais	(406)	198
Tributos a pagar	222	(198)
Sociedades do grupo Novonor	290	
Outros passivos	(122)	(344)
Caixa proveniente das operações	4.397	2.842
Imposto de renda e contribuição social pagos	(882)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	3.515	2.842
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Partes Relacionadas		
Recursos enviados		(336)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		(336)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		
Recursos pagos	(87)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(87)	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.428	2.506
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.014	51.508
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.442	54.014

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Informações gerais

A Novonor Ambiental S.A. (“Companhia” ou “NA”), com sede em São Paulo - SP, foi constituída em 2008 e tem como objetivo investir e operar e prestar serviços em projetos ambientais.

A Companhia é controlada diretamente pela Novonor Ambiental Participações S.A (“NA Par”), e é parte integrante do Grupo Novonor, através do controle indireto da Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

### 1.1. Principais movimentações societárias e eventos relevantes

Em 08 de novembro de 2023, a Companhia e a Oceanpact Serviços Marítimos S.A, na qualidade de sócios, assinaram o Termo de Distrato e Outras Avenças do Consórcio Odebrecht Ambiental – Oceanpact (“Consórcio”), onde resolvem, de comum acordo, na forma prevista na Cláusula 2.1 do Instrumento Particular de Constituição do Consórcio, encerrar definitivamente as operações e, assim, dissolver e extinguir o Consórcio.

Em 19 de fevereiro de 2024, em função do encerramento do Consórcio, houve ingresso de recursos no montante de R\$ 679, relativo a pedidos de restituição de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada, formulados pelo Consórcio, através dos Pedidos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP.

Em 28 de fevereiro de 2024, houve ingresso recursos no montante de R\$ 2.190, relativo a êxito na Ação Ordinária de Repetição de Indébito em que a Companhia requereu a restituição, pela União (Fazenda Nacional), pago a título de Imposto de Importação, decorrente da diferença entre o percentual de 14% (que aplicou a RFB) e o percentual de 2% antecipadamente pago, relativos à Declaração de Importação - DI nº 14/0421739-0.

### 1.2. Acordo Global do Grupo Novonor com as autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem.

Em 9 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, celebrou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União (“AGU”) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar o valor total de R\$ 2.727 milhões, que é abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre, de um lado, a Novonor e a controlada indireta CNO S.A. e, de outro lado, a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, um Acordo de Leniência, no qual a Novonor e a controlada indireta CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões em 23 (vinte e três) parcelas anuais, que é parcialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo celebrado com o MPF, as 5 (cinco) primeiras parcelas serão adimplidas com os valores já desembolsados pela Novonor no âmbito do Acordo Global.

A Novonor reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo.

### 1.3. Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a controladora direta Novonor, as controladoras indiretas ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial S.A. (“ODBINV”) e Kieppe Participações e Administração Ltda – Em Recuperação Judicial (“Kieppe”), assim como outras empresas pertencentes ao Grupo Novonor, não incluindo a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ”).

Em 22 de abril de 2020, foi aprovado o plano de recuperação judicial da controladora direta Novonor, controladoras indiretas ODBINV S.A. e Kieppe e de algumas empresas do Grupo Novonor. A Assembleia Geral de Credores, das demais empresas, deliberou a suspensão e apreciação dos seus respectivos planos de recuperação judicial em nova data.

Em 3 de agosto de 2020, foi publicada a homologação pela justiça do plano de recuperação judicial da Novonor e de mais 11 empresas do Grupo Novonor.

Em 31 de dezembro de 2024, todos os planos de recuperação judicial do Grupo Novonor, ajuizados em 17 de junho de 2019, se encontram aprovados e homologados.

### 1.4. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 17 de abril de 2025.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos saldos de propriedades para investimento e ativos disponíveis para venda que estão mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As informações de 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança e Estimativas e Retificação de Erro, conforme mencionado na Nota 15.

### 2.2. Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(i) Novas normas e interpretações adotadas no exercício corrente

As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024:

- Arranjos financeiros de fornecedores (alterações ao CPC40/IFRS7 e CPC03/IAS7);
- Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC26(R1)/IAS1);
- Passivos não circulantes com cláusulas de covenants (alterações ao CPC26/IAS1);
- Passivo de arrendamento em uma transação de *sale and leaseback* (Alterações ao CPC 06/IFRS16).

As alterações descritas acima não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

(ii) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras:

- Ausência de permutabilidade de moedas (alterações ao CPC 02/ IAS21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao CPC 48 e CPC 40 / IFRS7 e IFRS9);
- Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza (alterações ao CPC 48 e CPC 40 / IFRS7 e IFRS9);
- Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (Nova norma - IFRS18).

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transação e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

2.4. Instrumentos financeiros e não financeiros

2.4.1. Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros, representados por "Caixa e equivalentes de caixa", "Partes relacionadas", "Fornecedores" e "Outros passivos" como mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo).

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### 2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 2.4.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

##### (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

##### (b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

#### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.6. Sociedades do Grupo

Os saldos mantidos com as Sociedades do Grupo Novonor estão regidos por instrumento contratual "Contrato de Mútuo", firmado entre a Companhia e empresas o Grupo Novonor e a natureza das operações é de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter a incidência de encargos, os saldos de outras contas a receber e pagar do Grupo que decorrem de atividades vinculadas ao exercício regular do negócio do Grupo, tais como prestação de serviços técnicos, reembolsos de despesas, repasses de despesas com serviços de terceiros e assunção de dívidas.

## 2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

## 2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras.

## 2.9. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.10. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas do Grupo.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

### (a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras se referem à remuneração dos equivalentes de caixa e atualização monetária de tributos a compensar e ou a recuperar.

2.11. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através da, entidade fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). Foi constituída em 1995 para atender a Política de Previdência do Grupo Novonor. O plano é disponibilizado para todos os seus Integrantes e Diretoria Estatutária.

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus integrantes e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para o Grupo. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Provisão e passivos contingentes

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas

Os instrumentos financeiros operados pelo Grupo têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo.

O Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está sujeito ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos denominados em moedas estrangeiras com exposição à moeda local.

(b) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

(c) Risco de crédito

O risco de crédito também decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos em bancos e instituições financeiras e partes relacionadas na data do balanço.

(d) Risco de liquidez

É um risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia possui e segue políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa e na liquidez de suas operações.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2024	Custo amortizado 31 de dezembro de 2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	57.442	54.014
Sociedades do grupo Novonor	22.503	22.503
Depósitos compulsórios e outros ativos (i)	1.200	1.794
	<u>81.145</u>	<u>78.311</u>
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outros passivos	4.998	5.155
Sociedades do grupo Novonor	22.326	22.123
	<u>27.324</u>	<u>27.278</u>

(i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de "Outros ativos", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Bancos conta movimento	5	26
Aplicações financeiras (i)	57.437	53.988
	<u>57.442</u>	<u>54.014</u>

(i) Aplicação em fundo de investimento privado com liquidez diária e com rendimento médio de 101,32% do CDI.

## 7. Sociedades do Grupo Novonor

	Ativo		Passivo	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Mútuos				
NA Par (i)	21.815	21.933		
Novonor			12	12
Contas a Receber				
Novonor	564	564		
Outros	124	6		
Dividendos a pagar				
NA Par			17.552	17.552
Contas a pagar				
CNO S.A. ("CNO")			3.928	3.928
Outras contas a pagar				
CNO			834	631
	<u>22.503</u>	<u>22.503</u>	<u>22.326</u>	<u>22.123</u>
Circulante	682	682	4.130	3.927
Não circulante	<u>21.821</u>	<u>21.821</u>	<u>18.196</u>	<u>18.196</u>
	<u>22.503</u>	<u>22.503</u>	<u>22.326</u>	<u>22.123</u>

(i) Contrato de mútuo firmado com a controladora Na Par, sem incidência de juros.

## 8. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
		(Reapresentado)
Imposto sobre serviços ("ISS")	1.405	1.405
Imposto de renda	2.454	2.092
Contribuição social	265	123
PIS e COFINS	126	126
INSS a recuperar	33	1.356
Outros	1	1
	<u>4.284</u>	<u>5.103</u>

(i) ISS objeto de restituição junto à Prefeitura de Camaçari (BA).

## 9. Tributos a pagar

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Imposto de renda e contribuição social	775	712
INSS - Instituto nacional do seguro social		2
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	36	33
PIS - Programa de Integração Social	6	5
Outros	6	7
Passivo Circulante	<u>823</u>	<u>759</u>

## 10. Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis

O cálculo da provisão cível, trabalhistas e tributário foram elaborados em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do Grupo são réis e para as quais a classificação de perda é provável.

	Reclamações cíveis	Reclamações tributárias	Reclamações trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2024	1.500	47	1.857	3.404
Em 31 de dezembro de 2023	1.500		1.884	3.384

## (a) Causas possíveis

O Grupo possui processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Em 31 de dezembro de 2024, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 297.590 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 298.166).

	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 31 de dezembro de 2024	264.485		33.105	297.590
Em 31 de dezembro de 2023	265.480	1.706	30.980	298.166

Dentre as ações classificadas como possíveis, podemos destacar as ações de maior relevância na Companhia, as listadas abaixo:

## Cível

Ação de improbidade – Processo nº 1048739-06.2020.4.01.3400 no montante atualizado de R\$ 258.451, referente ao pedido de imposição de indisponibilidade de bens feito pelo Ministério Público Federal, seja porque não estão satisfeitos os requisitos autorizadores, sobretudo com as mudanças ocorridas na Lei n. 8.429/92, seja porque houve indeferimento de pedido semelhante com relação a colaborador na seara criminal, sem interposição de recurso pelo Ministério Público Federal. Atualmente, a ação está em fase embrionária, apresentada contestação da Companhia em 26 de setembro de 2023, aguardando-se a citação dos demais requeridos para prosseguimento do feito

## Tributário

- (i) Processo nº 0507639-50.2018.8.05.0039 no montante atualizado de R\$ 12.602, referente a Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Camaçari referente à cobrança de ISS do período entre 10 de abril de 2014 e 10 de dezembro de 2014. A Companhia apresentou Exceção de Pré-Executividade e que atualmente aguarda-se julgamento (Serviços prestados à Petrobras).
- (ii) Processo nº 13888.724372/2017-95 no montante atualizado de R\$ 8.020, referente a auto de infração que tem como objeto a glosa de despesas que foram supostamente deduzidas de forma indevida, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL. Além de majorar a base de cálculo dos referidos tributos, a Fiscalização exigiu IRRF por pagamentos supostamente sem causa e impôs multa de ofício. A Companhia apresentou Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão e que atualmente aguarda-se julgamento.
- (iii) Processo nº 10880.926106/2017-87 no montante atualizado de R\$ 11.781, referente ao Despacho Decisório que deferiu parcialmente o PER/DCOMP realizado. O referido PER/DCOMP visa a quitação de débitos tributários por meio da compensação de saldo negativo de IRPJ. A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade, que foi julgada improcedente, sendo interposto Recurso Voluntário que atualmente aguarda-se julgamento.

## 11. Patrimônio Líquido

## (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.009, composto por 547.699.682 ações ordinárias, representada da seguinte forma:

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
NAPAR	100	100	12.009	12.009	547.699.682	547.699.682
	100	100	12.009	12.009	547.699.682	547.699.682

## (b) Reserva de capital

A Companhia mantém registrada reserva de capital oriunda do aporte em seu capital social realizados em 9 de outubro de 2009 e em 18 de dezembro de 2013, e incorporação de ações da antiga controladora Odebrecht Engenharia Ambiental S.A., realizada em 30 de setembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 692.

## (c) Reserva de lucros

## (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha o montante de R\$ 1.592 (31 de dezembro de 2023 (reapresentado) – R\$ 1.477).

## (ii) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi constituída com base em lucros não realizados, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha o montante de R\$ 29.543 (31 de dezembro de 2023 (reapresentado) - R\$ 27.360) a título de reserva de lucros a realizar.

## (d) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.298	1.034
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	547.700	547.700
Lucro básico por lote de mil ações (em R\$)	4,20	1,89

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias.

## 12. Gastos por natureza

	Controladora	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Classificadas por natureza:		
Gastos com pessoal	(1.652)	(928)
Auditorias, consultorias e assessorias	(1.544)	(768)
Outros serviços de terceiros	(305)	(302)
Provisão para processos trabalhistas, cíveis e ambientais (i)	(1.095)	(1.203)
Outras receitas e despesas, líquidas (ii)	1.014	(659)
	<u>(3.582)</u>	<u>(3.860)</u>
Classificadas por função:		
Gerais e administrativas	(4.751)	(3.860)
Outras receitas (despesas) líquidas	1.169	
	<u>(3.582)</u>	<u>(3.860)</u>

(i) Refere-se a atualização de provisões de processos contingenciais (Nota 10).

(ii) Em 2024, refere-se à ação Ordinária de Repetição de Indébito referente a diferença de percentual no imposto de importação em que a controlada NA requereu a restituição.

## 13. Resultado financeiro, líquido

	Controladora	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.921	6.004
Variações monetárias	114	197
Variações cambiais	6	13
Outras receitas	990	326
	<u>7.031</u>	<u>6.540</u>
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(11)	(3)
Despesas com juros	(11)	(30)
Tributos sobre operações financeiras	(328)	(323)
Multa e juros por atraso de pagamento	(33)	(25)
Variações cambiais	(44)	(5)
Outras despesas		(436)
	<u>(427)</u>	<u>(822)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>6.604</u>	<u>5.718</u>

## 14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

## (a) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	Controladora	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	3.022	1.858
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.027)	(632)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	303	(192)
Prejuízo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido	299	(196)
Outros	4	4
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(724)	(824)

## 15. Reapresentação

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, os ajustes contábeis materiais estão sendo reconhecidos retrospectivamente e, por esta razão, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou divergências nos saldos de INSS a recuperar oriundos do Consórcio, no montante de R\$ 1.217, referente ao período de 2013 a 2018, baixados indevidamente. Para melhor apresentação dos saldos a Companhia reclassificou o montante de R\$ 1.160 da rubrica “Outros ativos” para “Depósitos Compulsórios judiciais” e o montante de R\$ 17.552 da rubrica Dividendos a pagar para Sociedades do grupo Novonor. Por esta razão, a Companhia está reapresentando os saldos divulgados nesta rubrica para as datas de 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

## a) Balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2023

	<u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>		<u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	51.508		51.508	Fornecedores	1.219		1.219
Sociedades do grupo Novonor	564		564	Salários e encargos sociais	786		786
Tributos a recuperar	4.019	1.217	5.236	Tributos a pagar	469		469
Outros ativos	758		758	Sociedades do grupo Novonor	3.932		3.932
	<u>56.849</u>	<u>1.217</u>	<u>58.066</u>	Outros passivos	4.041		4.041
					<u>10.447</u>		<u>10.447</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>			
Sociedades do grupo Novonor	21.821		21.821	Sociedades do grupo Novonor	644	17.552	18.196
Depósitos Compulsórios e judiciais		1.160	1.160	Dividendos a pagar	17.552	(17.552)	
Outros ativos	1.160	(1.160)		Provisão para contingências	2.181		2.181
	<u>22.981</u>		<u>22.981</u>		<u>20.377</u>		<u>20.377</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	12.009		12.009
				Reserva de capital	692		692
				Reservas de lucros	26.586	1.217	27.803
				Ajuste de avaliação patrimonial	9.719		9.719
					<u>49.006</u>	<u>1.217</u>	<u>50.223</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>79.830</u>	<u>1.217</u>	<u>81.047</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>79.830</u>	<u>1.217</u>	<u>81.047</u>

\* \* \*